

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.080 - SP (2019/0330759-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO : CELSO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP138436
RECORRIDO : ALEXANDRE CORREA DE OLIVEIRA ROMANO
ADVOGADOS : LEANDRO ALBERTO CASAGRANDE - SP221673
DANIEL ALBERTO CASAGRANDE E OUTRO(S) - SP172733
FERNANDO DE OLIVEIRA ZONTA - SP375263

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ Fl. 469):

"Obrigação de fazer e não fazer. Decisão que determinou o fornecimento de dados de cadastro e de conexão de usuário e se abstenha de divulgar o conteúdo de postagem. Insurgência que não merece ser acolhida. Indicação específica da postagem que pretende ver excluída. Argumentos da agravante que se apresentam dissociados do fato concreto. Conhecimento do recurso, contudo, para análise da concessão da antecipação de tutela. Decisão acertada que merece ser mantida, nos termos em que proferida. Agravado que, inclusive, se declarou satisfeito com a exclusão da postagem. Recurso não provido."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 556/569.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta ofensa aos arts. 5º, VIII, 15, *caput*, 22 da Lei 12.965/14; 489, §1º, IV e VI, do CPC/15, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, além da negativa de prestação jurisdicional, em síntese, que: *"o dever de guarda dos provedores de aplicações de internet está restrito, exclusivamente, ao armazenamento de registro de acesso, assim entendidos os IPs, com respectiva data e horário de logs e eventuais dados cadastrais disponíveis"* - (fls. 482/483).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos

recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 489, §1º do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Quanto ao mérito da lide, aduz a recorrente ofensa aos arts. 5º, VIII, 15, *caput*, 22 da Lei 12.965/14, em síntese, ao argumento de que:

"Da análise do Marco Civil da Internet, resta evidente que dados como o nome completo, telefones, RG, CPF e endereços físicos não integram o conceito legal de "registro a acesso de aplicações de internet", definido pelo art. 5º, VIII, do Marco Civil".

Por sua vez, o eg. TJ-SP confirmou as razões da decisão interlocutória, firmando o seguinte entendimento: *"ao contrário do alegado nas razões recursais, é de interesse do autor da ação, ora agravado, obter o maior número de dados possíveis sobre o autor da postagem que entendeu ofensiva, visando responsabilizá-lo, cível e criminalmente, como expôs"* - (fl. 470).

Nesse cenário, o recurso não merece acolhida, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 83/STJ, uma vez que este Superior Tribunal de Justiça possui orientação jurisprudencial no mesmo sentido de que: *"Haverá responsabilidade subjetiva do provedor de busca, quando: I) ao ser adequadamente comunicado de que determinado texto ou imagem tem conteúdo ilícito, por ser ofensivo, não atua de forma ágil, retirando o material do ar, passando a responder solidariamente com o autor direto do*

dano, em virtude da omissão em que incide; II) não mantiver um sistema ou não adotar providências, que estiverem tecnicamente ao seu alcance, após receber o URL, de modo a possibilitar a identificação do usuário responsável pela divulgação ou a individuação dele, a fim de coibir o anonimato" (AgRg no AREsp 681.413/PR, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 17/03/2016). Veja-se a íntegra da ementa da decisão mencionada, que bem ilustra a questão:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DIREITO ELETRÔNICO E RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. PROVEDOR DE BUSCA NA INTERNET SEM CONTROLE PRÉVIO DE CONTEÚDO. NOTIFICAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA CARACTERIZADA. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É vedado à parte inovar nas razões do agravo regimental, tendo em vista a ocorrência da preclusão como consequência de a questão não ter sido tratada oportunamente em sede de recurso especial.

2. Este Tribunal Superior já se manifestou no sentido de que: I) o dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas em site por usuário não constitui risco inerente à atividade desenvolvida pelo provedor de busca na internet, que não realiza controle prévio de conteúdo inserido e disponibilizado por usuários, pelo que não se lhe aplica a responsabilidade objetiva, prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/2002; II) a fiscalização prévia dos conteúdos postados não é atividade intrínseca ao serviço prestado pelo provedor de mera busca, cabendo ao ofendido individualizar o que lhe interessa e fornecer o URL.

3. Haverá responsabilidade subjetiva do provedor de busca, quando: I) ao ser adequadamente comunicado de que determinado texto ou imagem tem conteúdo ilícito, por ser ofensivo, não atua de forma ágil, retirando o material do ar, passando a responder solidariamente com o autor direto do dano, em virtude da omissão em que incide; II) não mantiver um sistema ou não adotar providências, que estiverem tecnicamente ao seu alcance, após receber o URL, de modo a possibilitar a identificação do usuário responsável pela divulgação ou a individuação dele, a fim de coibir o anonimato.

(...)

*(AgRg no AREsp 681.413/PR, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 17/03/2016 - grifou-se)*

Na mesma toada, o recente julgado:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR DE APLICAÇÃO. REDE SOCIAL. FACEBOOK. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REMOÇÃO DE CONTEÚDO.

FORNECIMENTO DE LOCALIZADOR URL. COMANDO JUDICIAL ESPECÍFICO. NECESSIDADE. OBRIGAÇÃO DO REQUERENTE. MULTA DIÁRIA.

OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL. DESCABIMENTO.

(...)

2. Esta Corte fixou entendimento de que "(i) não respondem objetivamente pela inserção no site, por terceiros, de informações ilegais; (ii) não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários; (iii) devem, assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos; (iv) devem manter um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários, cuja efetividade será avaliada caso a caso".

(...)

8. Recurso especial provido".

(REsp 1629255/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 25/08/2017 - grifou-se)

Nesse contexto, ressalte-se que perquirir a plena capacidade de a recorrente fornecer informações sobre o usuário, que vão além dos dados relativos ao "IP", conforme pleiteia a parte recorrida, a fim de contrapor as conclusões do eg. TJ-SP, demandaria revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência, no entanto, incompatível com a via estrita do recurso especial, a teor da Súmula n. 7 deste STJ.

Por fim, a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio - por ser inviável a aferição de similitude fática entre os julgados -, e impede o seguimento do presente recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nessa linha, observam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ALEGADA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAUSA PARA EMISSÃO DE DUPLICATAS - SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE RECONHECERAM A VALIDADE DOS TÍTULOS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.

1. Demonstrado que o acolhimento das razões do recurso especial torna imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incide o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. A incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

3. *O dissídio jurisprudencial deve ser minuciosamente demonstrado por meio do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os acórdãos apontados como paradigmas, procedimento não observado pela parte insurgente.*

4. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no REsp 1137530/MT, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 24/06/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator